



Salvaterra, 8/11/2016 – Período da manhã

Participantes:

BP	AECOM	Entidades presentes
Fatima Ribeiro	Débora Aguiar	Secretaria de Turismo- SEETUR
	Décio Maia	Secretaria de Meio Ambiente- SEMMA
	Tatiane Moraes	EMATER/SUT
		Comissão Justiça e Paz (CJP)
		Universidade do Estado do Pará- UEPA

Às 10h Fátima Ribeiro, representante da BP, iniciou a reunião setorial com a apresentação da BP, empresa responsável pela atividade no Bloco FZA-M-59 e da empresa consultora AECOM, responsável pelo Estudo de Impacto Ambiental. Todos os presentes também se apresentaram neste momento. Posteriormente, foi apresentada a agenda da reunião, e proposto que as discussões fossem realizadas ao final da reunião.

Dando seguimento à apresentação, Fátima Ribeiro, apresentou como se dá o processo de exploração e produção do petróleo, considerando desde a etapa de leilão dos blocos pela ANP até o descomissionamento de uma atividade de produção. Esta explicação foi realizada através do quadro, “Campo do Petróleo em Jogo”, onde estão indicadas as etapas de exploração e produção de petróleo, assim como as instituições responsáveis pela regulação, fiscalização e licenciamento das atividades marítimas da indústria do petróleo. Após a explicação geral da atividade, a BP apresentou o cronograma previsto para a atividade de perfuração da empresa na Bacia da Foz do Amazonas. Além disso, a BP apresentou as características da atividade de perfuração do Bloco FZA-M-59 em licenciamento, ou seja, a localização do bloco e a sua distância mínima da costa, as bases de apoio aéreo e marítimo e as demais informações de logística, como rota das embarcações de apoio e número de voos e barcos previstos.

O Sr. Rafael da UEPA questionou quando foi realizada a audiência pública da Total. Também foi questionado sobre as dimensões do Bloco da BP e Décio Maia, representante da AECOM, respondeu ambas as questões dizendo que a audiência pública da Total foi realizada em julho de 2016 e que o Bloco da BP apresenta cerca de 27km².

O secretário de meio ambiente perguntou se há alguma estrutura prevista para o Amapá, se haverá algum prédio da BP no Pará e Amapá. A representante da BP esclareceu que não haverá estrutura em nenhum destes estados, estando as atividades concentradas no navio sonda e no escritório da empresa no Rio de Janeiro. Um suporte será utilizado nas bases de apoio a atividade com um número muito reduzido de trabalhadores.

O secretário de turismo perguntou por que não é usada base de apoio em Amapá e sim em Belém. A representante da BP esclareceu que o Amapá não possui esta estrutura para a atividade neste momento de perfuração.

O representante da AECOM, Décio Maia, iniciou a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental da atividade de perfuração exploratória no Bloco FZA-M-59. Inicialmente, fez uma



breve explicação sobre como um EIA é elaborado, assim como detalhes do EIA direcionado a perfuração no Bloco FZA-M-59. Também foram apresentados os impactos efetivos, os projetos ambientais previstos no EIA para mitigação e monitoramento, e enfatizados os critérios que agregam Belém na Área de Influência da atividade BP. Para esclarecer sobre os impactos relacionados ao descarte de fluido de perfuração e cascalhos, foram utilizadas e disponibilizadas para manuseio dos participantes, frascos com as amostras de fluido de perfuração, petróleo e cascalhos.

Foi questionado pelo secretário de meio ambiente de Salvaterra se há pesca industrial na área de influência e o que pode acontecer se um petrecho for atingido. O representante da AECOM esclareceu que não há restrição de pesca na rota das embarcações de apoio e que existem ações previstas em caso de danos a petrechos.

Foi questionado se há fiscalização dos programas. O representante da AECOM esclareceu que o IBAMA faz esta fiscalização.

O secretário de meio ambiente esclareceu que o IBAMA fiscaliza o cumprimento de condicionantes pela empresa.

No momento da apresentação das medidas de emergência, foi perguntado se a perfuração durará 150 dias. O representante da AECOM esclareceu que o poço de alívio tem duração diferenciada e a representante da BP esclareceu que a perfuração pode durar menos tempo e 150 dias é o prazo máximo previsto, considerando todas as atividades.

O secretário de meio ambiente perguntou por que Salvaterra está sendo visitado e não Chaves, mas o representante da AECOM falou que tem relação com a rota das embarcações de apoio. O secretário também perguntou o que a cidade vai ganhar com isso e o representante da AECOM respondeu que os benefícios serão recebidos em outra etapa, de produção. Também falou dos riscos de vazamento na costa do Pará e o mesmo esclareceu os riscos e ações previstas.

A representante da BP esclareceu que é um impacto previsto deve-se a sobreposição da rota da embarcação de apoio com a pesca. Também informou que o PCS prevê a comunicação com as comunidades pesqueiras e caso haja danos a petrechos a BP arcará com o prejuízo.

Secretario de Turismo perguntou se as informações geradas pelos estudos serão disponibilizadas para a população ou se estas são da empresa. O representante da AECOM esclareceu que o EIA está disponível na internet, assim como o Marem. O secretario também perguntou se há projetos ambientais de pesquisa previstos na região. O representante da AECOM esclareceu que os projetos ambientais ocorrem durante a atividade.

Rafael, da UEPA, perguntou se os projetos são executados nesta fase ou em outra. O representante da AECOM esclareceu que a empresa propõe projetos e o IBAMA os aprova e ainda pode indicar outros que julgar pertinentes, projetos que a empresa executa durante a atividade.



Secretario de turismo perguntou se estão previstos projetos sociais durante a perfuração. A representante da BP explicou que na etapa de perfuração não estão previstos tais projetos. Também perguntou se o turismo poderia ser afetado, deixando a Ilha do Marajó não mais atrativa. O representante da AECOM esclareceu que não foram identificados impactos sobre o turismo no estudo.

Rafael da UEPA perguntou os impactos sobre o meio biótico e o representante da AECOM fez os esclarecimentos de acordo com os impactos apresentados no EIA sobre os organismos marinhos.

O Secretário de meio ambiente perguntou se o licenciamento do petróleo tem LP, LI e LO. O representante da AECOM esclareceu que o licenciamento da perfuração, hoje, prevê somente uma licença.

Às 12h30min a reunião foi encerrada pela representante da BP.